

Artigo original • Revisão por pares • Acesso aberto

O deslocamento compulsório *ex situ* provocado pela Hidrelétrica de Tucuruí em Jacundá (PA): uma reconstrução a partir da memória

Ex situ compulsory displacement caused by the Tucuruí Hydroelectric in Jacundá (Pará): a reconstruction from memory

Erika Joselma Silva Curvina¹
Edma do Socorro Silva Moreira²

Resumo

Este artigo tem como objetivo revelar e compreender o processo de deslocamento compulsório *ex situ* dos moradores da cidade de Jacundá (PA), promovido pela Usina Hidrelétrica de Tucuruí (UHT), a partir do ano de 1977. Parte-se das memórias individuais e coletivas desses moradores para desvelar os efeitos que essa hidrelétrica causou às suas vidas. Compreendendo a importância dos sujeitos atingidos na reconstrução dessa história, utilizamos as narrativas dos expropriados para revelar o que não foi escrito oficialmente sobre esses efeitos, mas que até hoje é vivido cotidianamente por essas pessoas. Tais narrativas foram coletadas em trabalhos de campo realizados entre os anos de 2017 e 2019. Com a construção do empreendimento hidroelétrico, a Eletronorte e o Estado promoveram um desmanche na vida dessa população desconsiderada e invisibilizada. Os expropriados ainda lutam por seus direitos, dentre eles as compensações monetárias pelas perdas materiais sofridas.

Palavras-chave: Amazônia; Memória; Deslocamento Compulsório Ex Situ; Hidrelétrica de Tucuruí.

Abstract

This article aims to reveal and understand the process of *ex situ* compulsory displacement of residents from Jacundá, in the state of Pará, promoted by the Tucuruí Hydroelectric Dam in 1977. We started from the residents individual and collective memories to unveil the effects that this dam has had on their lives. We understand the importance of the affected people in the reconstruction of this history and we use the narratives of the expropriated to reveal what has not been officially written about these effects, but which today is still experienced daily by these people. Such narratives were collected in fieldwork carried out from 2017 to 2019. We concluded that Eletronorte and the Brazilian State promoted a disruption in the life of this disregarded and invisible population with this hydroelectric project construction. Expropriated people still fight for their rights, among them, their monetary compensation for material damages suffered.

Keywords: Amazon; Memory; Ex Situ Compulsory Displacement; Hydroelectric of Tucuruí.

Citação sugerida

CURVINA, Erika Joselma Silva; MOREIRA, Edma do Socorro Silva. O Deslocamento Compulsório Ex Situ Provocado pela Hidrelétrica de Tucuruí em Jacundá (PA): uma reconstrução a partir da memória. Revista IDEAS, Rio de Janeiro, v. 13, p. 1-18, e019004, jan./dez. 2019.

Licença: Creative Commons - Atribuição/Attribution 4.0 International (CC BY 4.0).

Submissão:
26 nov. 2019

Aceite:
25 mar. 2020

¹Mestre em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia pela Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA/PDTSA). E-mail: erikajoselma@hotmail.com

²Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Pará e Université Paris 13. Professora Associada da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa). E-mail: edma@unifesspa.edu.br

Introdução

Neste trabalho, analisamos o processo do deslocamento compulsório dos moradores de Jacundá, único município da Amazônia que teve todo o seu território submerso pelo lago de uma barragem hidrelétrica, a partir do ano de 1977. Para a análise e compreensão desse processo, recorreremos à memória social desses moradores como um recurso metodológico para revelar a história desses sujeitos atingidos e expropriados pela barragem de Tucuruí e os efeitos que esse deslocamento provocou em suas vidas.

O deslocamento compulsório implementado na Amazônia tem origem no governo do presidente Juscelino Kubitschek (1955-1960), no qual se desencadeou o processo de integração da Amazônia ao restante do país, por meio de ações governamentais de segurança nacional, com a ocupação da região e a exploração das riquezas naturais.

Hébette (2004) sistematiza toda a formulação das políticas de desenvolvimento para a Amazônia, revelando a importância do golpe civil-militar de 1964 para a implantação dessas políticas. Sua análise aponta que o governo civil-militar se empenhou na integração geopolítica da Amazônia à economia nacional e internacional. Nesse contexto, o Estado cumpriu o papel de agenciar o capital estrangeiro, tornando-se um facilitador dos empreendimentos, sobretudo, por meio de incentivos fiscais, isenções e concessões, que viabilizaram obras de infraestruturas estaduais e federais.

A Usina Hidrelétrica de Tucuruí é uma das muitas obras planejadas para a Amazônia. Para o sociólogo e jornalista Lúcio Flávio Pinto esse empreendimento:

[...] iria abastecer com energia paga pelo governo federal e a sociedade as indústrias de alumínio de capital japonês, a Albrás e Alunorte, em Barcarena – PA, a Alumar, um consórcio da Billiton com a Alcoa, em São Luís – MA. As empresas beneficiam a bauxita, matéria prima para a reprodução de alumínio e alumina, extraída na região do Trombetas, Pará (PINTO, 2010, p. 27).

Com uma extensão de 2.430 km², a hidrelétrica de Tucuruí é o empreendimento mais caro já construído na Amazônia. O autor acredita que aproximadamente US\$ 10 bilhões foram gastos. Tucuruí foi construída em duas etapas: a primeira, de 1976 a 1992, ou seja, durante 16 anos, e, a segunda, em um período de oito anos, de 1998 a 2006. O alagamento do município de Jacundá ocorreu na primeira fase.

A reconstrução da história de Jacundá inundada e deslocada é revelada neste trabalho pela narrativa de seus moradores, através de suas memórias, de suas histórias particulares e coletivas. As narrativas foram selecionadas de acordo com o objeto analisado. São recortes das entrevistas realizadas em trabalho de campo nas cidades de Jacundá e Marabá, em períodos

intermitentes entre os anos de 2017 e 2019, durante a construção da Dissertação de Mestrado intitulada *Do alagado ao menos o chapéu!:* deslocamentos compulsórios provocados pela hidrelétrica de Tucuruí em Jacundá (PA).

Entre as entrevistas realizadas, selecionamos quatro delas para este artigo por apresentarem, em seus conteúdos, elementos mais representativos sobre o objeto deste trabalho. Essas entrevistas aconteceram de forma individual, nas residências dos moradores e, às vezes, em seus locais de trabalho, conforme autorização dos entrevistados. As entrevistas também ocorreram em grupos, no momento de desenvolvimento de uma oficina pedagógica com os expropriados de Jacundá. O sentimento aqui de expropriado é o mesmo referido por Martins (1993), que em suas pesquisas na Amazônia considerou que a população local sempre fica às margens, excluída nas fronteiras físicas, vivendo seus lamentos e dores, e sobrevivendo à ditadura do capital.

A partir da memória individual e coletiva dos moradores deslocados, passamos a compreender como a hidrelétrica de Tucuruí provocou traumas que perduram até os dias atuais, mas também como eles se organizaram em um movimento de luta pelo direito ao que perderam, como suas casas e outros bens, e aos bens prometidos pela Eletronorte e pelo Estado, não cumpridos.

Assim, recorremos ao que alude Martins: “a História não será corretamente decifrada pelos pesquisadores se não estiver referida a esse âmbito particular que é o do sujeito e o da história local, isto é, ao modo de viver a História” (2017, p. 29). Nesse sentido, entendemos história como uma construção da memória social com base no argumento de Halbwachs ao analisar que não há memória coletiva que aconteça fora de um contexto espacial “[...] nosso espaço, o espaço que ocupamos e passamos muitas vezes de qualquer maneira, nosso pensamento a qualquer instante é capaz de reconstruir” (2017, p. 170).

Martins (1982) nos ajuda a refletir e entender a história e o processo conflituoso e violento que se apresentam nas relações entre os moradores deslocados de Jacundá e a Eletronorte e o Estado, já que este autor compreende a História como resultado das ações de todos que a vivenciam. A História não é patrimônio do Estado nem de instituições privadas, ela é, sim, vivida e construída pelo sujeito histórico-social, que a faz à sua maneira, mesmo em condições de restrição de sua liberdade quando as instituições se empenham em controlá-lo, limitá-lo. Esse movimento, na contramão do controle social, é por onde persiste a resistência dos grupos sociais, posto que, para Martins, no capitalismo, a história é constituída por conflitos e resistências. No caso de Jacundá, diante da perda de seu território, eles constituíram um movimento de expropriados que, até hoje, aguarda por decisão judicial sobre os processos contra a Eletronorte para reconhecimento de seus direitos.

Revelar a memória individual e coletiva dos moradores de Jacundá é recuperar e compreender lembranças que se tornaram fronteiras, limites, acontecimentos que construíram e formaram novas formas de sociabilidade,

tradições e acordos no novo território para onde eles foram deslocados, a atual Jacundá.

Halbwachs descreve sobre a memória:

[...] haveria motivos para distinguir duas memórias, que chamaríamos, por exemplo, uma interior ou interna, a outra exterior — ou então uma memória pessoal e a outra, memória social. Mais exatamente ainda, diríamos memória autobiográfica e memória histórica. A primeira receberia ajuda da segunda, já que afinal de contas a história de nossa vida faz parte da história em geral. A segunda, naturalmente, seria bem mais extensa do que a primeira (2017, p.73).

A reflexão de Halbwachs enfatiza o lugar da memória social na sociedade, fazendo e refazendo as histórias de vida. No caso do deslocamento dos moradores de Jacundá, as narrativas sempre saem do indivíduo e são contextualizadas em âmbito coletivo, ou seja, partem de fatos vividos individualmente, mas logo em seguida essas narrativas já fazem parte do conjunto, como expõe Valentim (nov. 2017): “a minha luta é para que essa história não seja esquecida. É a memória do nosso povo, é a história da minha vida”. Valentim, 53 anos, funcionário público, vivenciou o deslocamento aos 14 anos de idade juntamente com a sua família.

O contexto local do deslocamento não está circunscrito a ele mesmo, mas a um processo mais amplo. No caso aqui em análise às necessidades das grandes empresas internacionais que, baseadas no discurso de “desenvolvimento”, prometem impulsionar o crescimento da Amazônia, considerada um espaço vazio e atrasado. Na verdade, o que elas consolidaram foi a apropriação dos recursos minerais, hídricos, energéticos, com a parceria do Estado brasileiro, que invisibilizou, subjugou e descaracterizou a população Amazônica, à medida que privilegiou o empreendimento e não as pessoas.

Ao analisar o processo de deslocamento compulsório de populações e a forma ditatorial dos grandes projetos na Amazônia, Martins descreve:

Não se trata de introduzir nada na vida dessas populações, mas de tirar-lhes o que tem de vital para sua sobrevivência, não só econômica: terras e territórios, meios e condições de existência material, social cultural e política. É como se elas não existissem ou, existindo, não tivessem direito ao reconhecimento de sua humanidade (1993 p. 63).

Portanto, um modelo de desenvolvimento sem compromisso social, no qual tudo gira para a maximização dos lucros, mesmo que para isso se tenha a destruição da natureza e dos homens.

Este artigo está organizado em quatro tópicos. O primeiro deles é esta introdução, uma apresentação de como os grandes projetos chegaram à

Amazônia, uma descrição dos caminhos percorridos pela pesquisa e das opções teórico-metodológicas. O segundo versa sobre a chegada autoritária da Eletronorte, dominando e expropriando toda a população de Jacundá. O terceiro traz a descrição teórica sobre o deslocamento compulsório ex situ e o significado de todo esse contexto na vida dos deslocados a partir de suas memórias. Por fim, a análise crítica de como esse grande empreendimento dito de desenvolvimento trouxe consigo um contexto de destruição da natureza e do humano.

Eletronorte, o estranho em Jacundá

Eles entravam nas nossas casas, media o tamanho de tudo, casa, terreno, roça, anotavam tudo que tinha dentro da casa, quantos porcos, quantas galinhas, até quantos pés de fruta e quais eram eles anotavam, diziam que tudo aquilo que tínhamos seria pago, mas que no pagamento só iam pagar pelas coisas que tivessem naquela lista, então tava todo mundo proibido de tirar ou colocar qualquer coisa a mais, nem um prego era pra bater numa parede, que não pagariam por ele (CONCEIÇÃO, nov. 2017).

A narrativa de Conceição, 75 anos, cabeleireira aposentada, evoca o deslocamento vivido aos 37 anos, ao descrever como a Eletronorte chegou em Jacundá entre os anos de 1977 e 1978, e de forma violenta realizou o cadastramento da população e de todos os seus pertences materiais, cabendo a eles apenas seguir o protocolo determinado pela empresa. A esse respeito, é elucidativo o que aponta Vainer (1992, p. 48), ao analisar a violência e a intolerância como características inerentes aos projetos de desenvolvimento com barragens, uma vez que o planejamento técnico do deslocamento já se apresenta de forma inevitável, compulsório e forçado. A empresa e o Estado definem as ações planejadas anteriormente à construção da barragem, sem qualquer tipo de consulta à população. No caso de Jacundá, foi no período de execução do projeto que a notícia do empreendimento chegou aos moradores que foram atingidos, portanto, sem possibilidades de sua reversão ou reações.

A vida dos moradores de Jacundá, nesse contexto, foi transformada violentamente diante da dinâmica de instalação da hidrelétrica de Tucuruí, pois passaram a viver sob constantes ordens, vendo sua liberdade ser cerceada, não podendo nem plantar para o sustento da família, por exemplo.

Portanto, à luz de Martins (1993), entendemos as ações da Eletronorte e todo o seu aparato de destruição, transvestidos pelo discurso de desenvolvimento e legitimados pelo Estado e pelo capital externo. A empresa, como “o Estranho”, aquele que vem de fora, é intrusa e protagonista de uma tragédia social anunciada, mas que, no discurso, se apresenta como a saída da população do atraso em que se encontrava em razão do seu modo de vida rural.

A empresa incutiu nos moradores uma perspectiva de vida melhor, e eles imaginaram que as promessas lançadas seriam cumpridas, levando-os a ter esperança de uma viverem bem em outro lugar e, por isso, a concordância com o deslocamento foi aceita pela maioria dos moradores. Essa reação ocorre, entretanto, como um posicionamento silencioso e desconfiado em relação às ações autoritárias de usurpação da vida e dos seus bens. As narrativas seguintes deixam esse contexto bem evidenciado:

Os moradores que tinham condições melhores, logo que ficaram sabendo da construção da barragem começaram a sair da cidade, muita gente foi morar em Marabá, outros foram pra Tucuruí e mais uns tantos voltaram para suas cidades, espalhou gente nesse mundo todo, mas tinha nós, que não tínhamos condições de sair e largar nossas coisas, tudo que nós tínhamos estava lá, ficamos esperando a Eletronorte fazer nossa mudança (FABIANO, nov. 2018).

Era um governo militar, e ninguém se colocou contra, ou questionou, existia o medo, a incerteza, a gente não sabia como agir, no início ninguém questionou por direitos, não houve resistência. E depois que abriram a rodovia transamazônica, diminuiu muito o transporte pelo rio e isso diminuiu muito o movimento na cidade, a gente sentia que ficamos meio isolados. Então, muita gente achou que era a oportunidade de ter uma vida melhor, em um lugar com mais estrutura (CONCEIÇÃO, nov. 2017).

Fabiano, 88 anos, aposentado como agricultor, foi vereador na Jacundá inundada e vivenciou o deslocamento aos 50 anos de idade, juntamente com sua esposa e quatro filhos. Eles entendem que foi o discurso de vida melhor, com direitos garantidos, habitação, saúde, educação, lazer que os convenceu; era uma oportunidade de recomeçarem uma nova e moderna vida que justificava a aceitação pacífica das propostas e do deslocamento pela maioria da população. Conceição relembra que era uma aceitação permeada por incertezas e temor pela mudança que estavam vivendo; tinham receio de deixarem suas terras, sua cultura, suas histórias, contudo, a oportunidade de proporcionar uma vida com mais possibilidades para seus filhos era apreciada de forma positiva para a grande maioria da população de Jacundá.

Conforme Almeida (1996), essa ação da empresa de alicerçar suas promessas no discurso da modernidade e do desenvolvimento, nasce primariamente da necessidade que ela tem em desqualificar as pessoas e o território. Estes são caracterizados como atrasados e empecilhos ao desenvolvimento. A ideia de “é para o bem de todos e interesse da nação” justifica a mutilação das comunidades locais e seus territórios:

Camponeses e índios são imaginados como praticando uma “agricultura de subsistência” e um extrativismo artesanal, sem qualquer integração com os circuitos de mercado. São

representados como 'desvalidos' em oposição a um deslocamento que é apresentado como uma oportunidade ímpar de 'se modernizarem'. A ideologia autoritária ignora, pois, as suas funções econômicas de abastecimento dos núcleos urbanos regionais e do fornecimento de matérias primas para o setor industrial, tanto quanto ignora suas condições reais de existência (ALMEIDA, 1996 p. 53).

Para enfatizar ainda mais o contexto de descaso e a invisibilidade das sociedades atingidas por projetos de desenvolvimento, utilizamos as reflexões de Hébette (2004, v. III, p. 150), nas quais o autor enfatiza que esses grandes projetos se instalam na região amazônica somente para atender interesses externos, são totalmente alheios aos interesses das populações locais. O que é pensado para o local são as formas de extração e posse dos recursos naturais existentes na região. Quando a Eletronorte se apropria de Jacundá, tudo passa a girar em torno do lucro que a hidroelétrica geraria: sujeitos e natureza passam a ser definidos como mercadorias. Homens se tornam coisas, a hidrelétrica nega àquela população a sua condição de ser, inclusive de permanecer no seu lugar. A mercadoria, a energia elétrica, vai ser produzida e todo o desenvolvimento que poderá vir a partir dela é mais importante que qualquer natureza ou modo de vida que lá esteja. Hébette analisa que:

Em outros termos, trata-se de planos que vêm de cima para baixo, que caem num terreno que não é preparado para eles, que foram elaborados sem a participação da coletividade e sem atenção a seus problemas. Neste sentido, constituem-se em projetos agressivos, representam uma agressão à região e às suas comunidades (2004, v. III, p. 150).

No processo de deslocamento compulsório *ex situ* de Jacundá, assim como em outros ocorridos na Amazônia, tudo e todos são julgados como mercadoria, tratados como excluídos, conforme as necessidades e conveniências à produção da energia. Todos passam a ter valor de troca, os bens, o território, a natureza e o próprio homem são contabilizados: "... como já disse Marx, as pessoas se relacionam umas com as outras como se fossem coisas e as coisas — as mercadorias — se relacionam, se trocam entre si, como se fossem pessoas, dotadas de saber e vontade". (MARTINS, 1982, p. 148).

Hébette enfatiza que a Eletronorte não se importava com as terras que seriam alagadas ou com quanto de entrave social poderia ser gerado a partir do alagamento daquelas terras: "pouco importa, já que é valor de troca e não de uso... Nessas condições, duzentos mil hectares de terra alagados pela represa do rio Tocantins têm pouca importância, porque tem peso mínimo nos custos da empresa. Custo social fica por fora da contabilidade" (HÉBETTE, 2004, v. III, p. 153-154). O significado de terra para a Eletronorte se resume em mercadoria, portanto, só possui valor de troca. Com isso, a empresa acreditava que os

problemas seriam resolvidos com os pagamentos das indenizações dos bens materiais dos deslocados:

Na verdade, é uma organização social que é atingida, um ambiente de vida onde a população tinha lentamente desenvolvido seus laços de parentesco, de amizade e vizinhança, plantando seus pomares, criando suas escolas, suas áreas de lazer, seus centros de culto. É tudo isso que é destruído e que deveria, pelo menos, ser restituído nas mesmas condições. Não é substituível por qualquer terra pedregosa e sem água, por qualquer casa. O capital não entende a linguagem das relações primárias; sua racionalidade é de lucro, de produtividade, do tempo de trabalho; é a racionalidade das relações mercantis. Essa diferença torna o diálogo entre as partes — os camponeses e os índios por um lado, o capital por outro — quase impossível (HEBETTE, 2004, v. III, p. 151).

Com todas as divergências estabelecidas e na impossibilidade do diálogo, identificamos que em algumas narrativas há relatos da existência de resistências às determinações da empresa. Apesar da concordância da maioria em sair de Jacundá, algumas famílias se recusaram a aceitar viver longe de seu território, de seu rio, de suas terras, sobretudo aquelas originárias da região, que sempre tiveram suas histórias e contextos de vida ribeirinha. Essas famílias se recusaram e permaneceram em seus lugares até o último momento do alagamento. Sem opção, partiram para as ilhas mais próximas ou para as cidades às margens do rio, como Itupiranga e Tucuruí. Os relatos dos entrevistados apontam várias famílias que só saíram das suas casas quando não mais havia possibilidades de nelas permanecer, a água chegava repentinamente, invadindo e transformando todo aquele território.

Teve muita gente que não quis saber das promessas da Eletronorte, ela prometeu muita coisa, mas quando viram que a gente ia ser levados para um lugar longe do rio eles não aceitaram se mudar. Ficaram até o último segundo e só saíram porque se não morria afogado. Mas eles não vieram, não saíram de perto do rio (VALENTIM, nov. 2018).

Com a água invadindo a cidade, a Eletronorte, “o Estranho”, organiza a mudança dos moradores com a promessa de apoiá-los durante o deslocamento com uma estrutura logística com barcos e carros, no entanto, impunha a condição de que deveria ser uma saída pacífica em direção à vila Arraias. Uma vila que pertencia ao município de São Domingos do Capim, localizada a 50 km de Jacundá, às margens da PA 150.

A gente acreditava que a vida ia melhorar, que o desenvolvimento estava chegando, mesmo a gente tendo medo

da mudança, a gente queria acreditar. Pois a Eletronorte era nossa inimiga em 80% porque ia cobrir tudo com água, inundar nossa cidade, mas a gente pensava que ela era amiga em 20% já que ia trazer a energia que nós não tínhamos e junto vinha a geladeira, a televisão, o ventilador (FABIANO, nov. 2018).

Assim, rapidamente, a empresa disponibilizou contratos com “acordos unilaterais” de indenizações. Os contratos, claramente, favoreciam a Eletronorte. Com isso, de acordo com os ex-moradores entrevistados, a rapidez e a perspicácia da Eletronorte em obter as assinaturas nos contratos tinham o propósito de oprimir e exterminar direitos. A maioria dos moradores era incapaz de ler e compreender as laudas dos contratos: “Tempo de ditadura, era complicado. Tava todo mundo naquela situação difícil, aí eles negociaram do jeito que eles quiseram, a Eletronorte foi negociando com cada um, do jeito que queria” (CONCEIÇÃO, nov. 2017).

Dias narra como aconteciam os recebimentos:

A Eletronorte começa a negociar e pagar a indenizações aos seus donos. Para muitos deles que sempre viviam da pequena produção de seus roçados e de pesca e nunca tinham pego de uma só vez a quantia nem de mil cruzeiros, a moeda da época, quando receberam dois, três, quatro ou mais cruzeiros, acharam que estavam ricos e se envaideceram. Faziam farras, compravam rádios, aparelhos de som e outras coisas de pouca utilidade e não demorava ficar sem dinheiro, sem casa para morar e sem nada (2013, p. 43).

Para a empresa, a negociação se resumia em pagar parte dos bens que seriam submersos para evitar os conflitos ou movimentos contrários à construção, no entanto, isso não significava que o empreendimento reconhecesse a história de vida, os direitos daquela população. Enquanto os bens materiais dos expropriados foram destruídos e suas vidas coletivas desestruturadas, a empresa detinha-se em garantir a produção de energia aos projetos de “desenvolvimento”. Visto que o discurso promovido e as promessas de inserção em um modelo de “desenvolvimento” traziam novas e boas oportunidades de melhorias, só restava a eles, mesmo diante de medos e incertezas, aceitar e, ainda, não reagir. Dessa forma, os entrevistados enfatizam em uma única voz: eles aceitavam o que a empresa propunha naquele momento ou ficavam sem nada.

Pressionados em ter que optar e receber entre o pouco e o nada, o pouco era escolhido. A fala da empresa era imperativa e determinava tanto o início como o desfecho da conversa:

[...] quando nós vimos que estávamos perdendo para a Eletronorte, eles vinham prometiam as nossas casas, nossas

terras e não davam nada, chegou e disse assim: “ou é isso ou vai perder total, sua casa vale tanto, sua terra vale tanto, ou você aceita isso aqui ou vai voltar para Brasília e vocês vão receber é nada”, aí minha amiga, *do alagado ao menos o chapéu!* (CONCEIÇÃO, nov. 2017).

Os valores eram fixados caso a caso, conforme cálculo realizado pela empresa, e não eram discutidos ou negociados, eram previamente definidos pela direção da Eletronorte. “O pagamento em dinheiro é, via de regra, comprovadamente, inferior ao custo da terra e, portanto, insuficiente para restaurar o modo de vida das populações.” (VIANA, 2003, p. 39).

A maioria dos entrevistados aponta que perderam suas casas, roças, benfeitorias e, ainda, o rio. João Grilo, 58 anos, motorista de caminhão, vivenciou o deslocamento aos 18 anos de idade, e lembra o sofrimento da mudança ao narrar:

...muitos vieram em caminhões que eram usados para a coleta de lixo, muito triste, nossa vida nunca mais foi a mesma. ... cheguei em Arraias em 1980, só recebemos nossa casa em 85, cinco anos de sofrimentos, jogados (JOÃO GRILO, nov. 2018).

Alguns entrevistados sempre apontam em suas narrativas a questão da incredulidade, mesmo vivenciando todo o processo do deslocamento compulsório, ainda assim não acreditavam: “não parecia ser real, como assim? Como íamos deixar nossas casas, nossas coisas e não tinha ninguém que pudesse impedir aquilo? Não tínhamos direitos?” (CONCEIÇÃO, nov. 2018).

Se o sonho dos habitantes de Jacundá era prosperar de acordo com o seu modo de vida, na relação com a natureza, com sua cultura e suas manifestações religiosas, a partir do alagamento, esse sonho foi (re)elaborado de acordo com as novas condições que lhes foram impostas. O projeto de vida da população deslocada sofreu uma mudança total com as ações da Eletronorte, com “o Estranho”.

O deslocamento compulsório Ex Situ dos moradores de Jacundá

Sonhos, lugar e promessas da empresa foram alagados! A água do lago subiu, a população teve que ser deslocada de forma rápida, já não mais esperava pela empresa, usavam barcos, animais de carga próprios. A ajuda oferecida pela empresa foi insuficiente, vários moradores desmanchavam suas casas, e os materiais que conseguiam tirar empilhavam no cais para que, à medida do possível, fossem transportados e reaproveitados no espaço que seriam alocados. No entanto, boa parte dos materiais de construção ficou para trás em virtude da

dificuldade de transporte e, ainda, pela pressa com que foi realizado o deslocamento:

O remanejamento se fez de forma muito rápida. No início do ano de 1980 Jacundá já era uma cidade abandonada e totalmente desconfigurada. Isso porque, além do fato dos moradores derrubarem parte de suas residências com o intuito de reaproveitarem parte do material alhures, muitos não acreditavam que as águas do reservatório atingissem a cidade, achavam que a desapropriação que ora estava sendo executada era uma estratégia da Eletronorte, para “apossar-se” de suas propriedades e posteriormente venderem a outras pessoas (SILVEIRA, 2001, p. 94).

O projeto tinha um propósito específico, atender as necessidades do desenvolvimento do capital, buscando condições de melhores e maiores níveis de reprodução para o capital. Martins corrobora para análise desse contexto de descaso e destruição:

Nas sociedades pobres, na sociedade brasileira em particular, os pobres do campo e da cidade não tiveram aliados em suas lutas, para impor condições ao desenvolvimento econômico que a este obrigasse a algum compromisso com os direitos sociais e com a dignidade humana (2013, p. 13).

Desloca-se forçadamente uma população inteira, uma medida de violência impossível de ser calculada em valores, mesmo a empresa definindo o deslocamento, a violência física, emocional e social institucionalizada pelo Estado e os grandes grupos capitalistas se materializa.

A literatura sobre os atingidos por barragens tem registrado que eles fazem parte daqueles que passaram a ser definidos como “refugiados do desenvolvimento”, aqueles que foram deslocados de forma forçada pela construção das obras de infraestrutura dos megaprojetos de “desenvolvimento”. Para Vainer (2010, p. 475), “os refugiados do desenvolvimento são, pois, inerentes ao desenvolvimento capitalista”.

A população de Jacundá vivenciou um deslocamento compulsório *ex situ*. Foi um processo violento de mudança do seu território de forma simbólica e física, no qual não tinha direito de se contrapor nem formas de impedir a construção do empreendimento, e tampouco seu deslocamento físico, que são procedimentos definidos anteriormente à sua construção, cabendo à população suportar suas consequências, aceitando-as ou negando-as.

Magalhães (2007) faz uso da expressão “eco-refugiados” para definir as populações que são deslocadas por transformações ambientais de grandes impactos. Um termo também utilizado pelos pesquisadores Carlos Vainer (2010) e Almeida (1996), que estudam sobre grandes projetos de desenvolvimento no

país. Magalhães aprofundou seus estudos a respeito dos efeitos desses empreendimentos na Amazônia, de forma mais específica, sobre a barragem de Tucuruí, que provocou dor e sofrimento aos atingidos e expropriados. Sofrimento esse sempre presente e facilmente identificado na narrativa abaixo:

[...] a gente não tinha direito de dizer assim, “essa casa vale tanto”, eles é quem davam o valor. Os técnicos, engenheiros, não aceitavam, já vinham com os valores na tabela de lá, só dizia o valor total e nós tinha que aguardar a chamada, para poder receber a indenização (FABIANO, nov. 2017).

Fabiano, na sua narrativa, evidencia a condição de expropriado que passou a viver, aquele que se torna invisível ao projeto, como destacamos na introdução deste artigo.

No sistema capitalista, os grandes projetos são considerados indispensáveis ao desenvolvimento regional e nacional do país, mesmo que eles provoquem desastre ambiental, social e cultural.

Para Zhouri (2012, p. 137-143), as várias práticas de violência que partem desses empreendimentos estão se tornando regra repetitiva no planejamento e na execução das empresas envolvidas. A autora identificou em suas pesquisas um conjunto de medidas que ela intitulou de táticas de desmonte: 1 – a desmoralização: quando a intenção é tirar a posição de vítima dos atingidos, tentam inverter a ordem, para que a sociedade em geral não compreenda as ações dos atingidos por busca de direitos, mas sim por tentativa de apropriação indevida, ou seja, buscam desmoralizar essas populações, usando termos como, retrógrados, preguiçosos, incapacitados. 2 – metamorfose institucional: é a tática de desqualificar os grupos representativos, instituir e destituir grupos e líderes das comunidades, permitem o “disse me disse”, a corrida de boatos, o descompromisso com o prometido. 3 – abandono planejado: uma tática sequencial à segunda, pois à medida que tentam desqualificar as negociações feitas, vão definindo exatamente qual o objetivo e a missão da empresa, que é unicamente produção da mercadoria, enquanto todos os processos que irão acontecer simultaneamente são transferidos para terceiros, ou seja, grupos técnicos com especificidades limitadas, recebem responsabilidades ditas por competência e distanciam as resoluções. 4 – a incorporação burocrática: após implantação dos projetos, as instâncias de negociações tendem a ser mais complexas em virtude das demandas existentes e das novas que surgem, podendo exigir um maior grau de organização representativa. A empresa passa a incorporar fases burocráticas, redefinir controles, mudar o foco à medida que lhe for conveniente. “É na observação de quatro táticas que operacionalizam a identificação de como funciona a estratégia de colocar em segunda ordem os interesses da população atingida por grandes projetos” (ZHOURI, 2012, p. 145). Com isso, do planejamento à execução, um processo de descaso com quem vai enfrentar os impactos, sejam eles positivos ou negativos.

À luz de Zhouri (2012), afirmamos que em Jacundá esse processo não foi diferente; seus moradores vivenciaram todas as fases das “táticas de desmonte” impostas pelo empreendimento. Assim, sofreram uma violência que começa na invisibilização anterior à construção do empreendimento, com a não participação nas tomadas de decisão, com a falta de informação e o excesso de dúvidas e incertezas em que mantinham a população. “... a gente não podia fazer nada, não podia falar nada” (FABIANO, nov. 2018), com isso a empresa provocava e reforçava uma fragilidade individual e coletiva e um estado de sujeição dos atingidos. A fase do abandono, citada por Zhouri, é bastante mencionada pelos entrevistados: “... não sabíamos como ia ser, tínhamos medo de perder tudo” (CONCEIÇÃO, nov. 2018). “O discurso do progresso iludiu muita gente, [...] quando falavam nas indenizações muita gente pensou que ia ficar rico, mudar de vida, só estavam sendo enganados. Perdemos tudo” (JOÃO GRILLO, nov. 2018).

Essas narrativas mostram que os moradores não resistiram ao projeto, porque acreditaram no discurso do desenvolvimento, nas melhores condições de vida. No entanto, eles são categóricos em afirmar que foram enganados, e que mesmo antes da construção da hidrelétrica ser finalizada já foram abandonados e largados à própria sorte no espaço em que foram alocados, na vila Arraias.

No geral, os efeitos negativos causados pela hidrelétrica de Tucuruí na região foram muitos. O programa de reassentamento para os deslocados da área inundada de Jacundá suscitou muitos problemas sociais. A Eletronorte calculou que 32.871 pessoas foram deslocadas, além da população indígena (MAGALHÃES, 1996, p. 106). Boa parte desse contingente foi arrancada do seu território, das suas tradicionais relações e lançada em um ambiente totalmente diferente e hostil. Dominado pelo capital.

É de fundamental importância enfatizar uma particularidade do deslocamento compulsório *ex situ* dos moradores de Jacundá, pois além de ser a única cidade totalmente submersa pelo lago de uma hidrelétrica na Amazônia, a sua população foi também a única deslocada compulsoriamente para uma área já habitada, a vila Arraias, como dito anteriormente. Observamos um agravante para esse contexto, o espaço escolhido pela empresa e pelo Estado já estava habitado por uma população ainda maior que a deslocada, que possuía um histórico de luta pela terra bastante adverso ao de Jacundá, diferenças que também se estendiam em relação ao território, hábitos, cultura:

Jacundá inteira ficou debaixo d’água, a água chegou muito rápido, teve gente que não conseguiu pegar todas as suas coisas, e quando a gente saiu de lá a gente se preocupava e ficava se perguntando como íamos fazer para saber onde nossa cidade estava, mas Deus é tão bom, que teve misericórdia de nós, e a cidade toda foi inundada e a única coisa que ficou por cima do lago foi a caixa d’água. Então ela ficou como um sinal lá, onde a

gente nasceu e cresceu, onde éramos felizes. E quando a água tomou conta de tudo, eles diziam pra gente aceitar que era a chegada do desenvolvimento (CONCEIÇÃO, nov. 2017).

E ainda,

A gente veio de todo jeito, muitos vieram nos caminhões que a Eletronorte enviou parar fazer a mudança, mas muita gente não ficou esperando, veio do jeito que podia, de barco, fretava carro, no lombo dos animais, era um desespero. Não sabíamos como ia ser, tínhamos medo de perder tudo. Chegando aqui, se espalharam, uns ficaram nos colégios, outros alugaram casas e ficaram juntos com outras famílias e poucos receberam as casas da Incobal. Nem sei como a gente conseguiu sobreviver, muitos pais de famílias sofriam muito (CONCEIÇÃO, nov. 2018).

Os moradores de Jacundá passaram a habitar em uma nova cidade, à beira da estrada, com perspectivas que divergiam totalmente das que estavam acostumados. Uma violência imensurável com uma população destituída de direitos e história, sem precedentes na Amazônia. Acselrad e Silva (2011) analisam as dinâmicas dos espaços em que aconteceram os deslocamentos, assim como dos espaços que receberam os deslocados:

Um verdadeiro “mercado de fronteira” não apenas em seu sentido geográfico, mas também pelo seu caráter semirregulamentado, pela construção fraudulenta de títulos de propriedade e por submissão a movimentos súbitos de valorização e desvalorização patrimonial, na esteira da instabilidade das condições políticas que nessas áreas regem a apropriação do solo e de seus recursos. Esse mercado emblemático da erosão dos valores e das condições de existência das populações relocadas, não apenas desconhece a informação perfeita, como é, na realidade, com o apoio das “políticas de relocação de populações”, regulado pela desinformação, incerteza e indeterminação do risco (ACSELRAD; SILVA, 2011, p. 89).

Todos os processos sociais que antes existiam nesses espaços foram totalmente ignorados e marginalizados, sem nenhuma representatividade para a empresa, que só contabilizava valores monetários, o lucro. A narrativa de Conceição expõe o flagelo que viveram os expropriados de Jacundá: “Era muito sofrimento, muita gente adoeceu e morreu de sofrimento, sem saber o que fazer da vida” (CONCEIÇÃO, nov. 2017).

Os moradores de Jacundá não tiveram seus direitos respeitados, foram submetidos a um processo de violência de várias maneiras, retirados de forma indigna, vivenciaram uma situação de sujeição e dominação, silenciados por

uma promessa, coagidos pela empresa, pelo Estado e pelo medo de um futuro incerto.

Considerações finais

A construção de hidrelétricas na Amazônia respondeu, e ainda responde, aos interesses do capital globalizado. Não considera os sonhos e projetos das populações locais com suas identidades e histórias próprias, portanto, suas condições materiais e simbólicas de existência. Assim, vários municípios têm sido erguidos no interior da Amazônia, desde a implementação dos grandes projetos de desenvolvimento, a partir dos anos 1970. O Estado ditatorial considerou a Amazônia um espaço vazio e fez a sua ocupação com a colonização à custa da anulação dos sujeitos sociais ali existentes, ou do seu aniquilamento, como descreve Martins (1993). A população de Jacundá viveu um deslocamento violento e traumático.

Os efeitos produzidos pela construção da usina hidrelétrica de Tucuruí foram muitos: ocupações de terras; expropriação; destruição de sociabilidades; devastação da natureza; sufocamento de culturas. As populações atingidas foram totalmente invisibilizadas e desconsideradas em todas as fases do projeto. "O Estranho", acima destacado como a Eletronorte, ao chegar aos espaços ocupados por populações tradicionais, das regiões escolhidas para as grandes produções e destinadas às necessidades do mercado capitalista, produz um longo percurso de devastação estrutural física, simbólica e emocional. Todos os que vivenciam seus efeitos são atingidos de várias formas, como destacado ao longo do texto.

Muitas vítimas desses empreendimentos trazem consigo um rastro de violência, iniquidades e resistências. Nesse contexto, suas memórias criam e recriam seus espaços anteriores, ainda como forma de reconhecimento e de materialização de um passado que não volta mais, mas também como forma de repúdio e de não aceitação às condições que lhes são impostas pelo poder dominante. No contexto analisado, fica evidente a violência, o autoritarismo, a exclusão social e os conflitos sociais, características inerentes dos deslocamentos compulsórios. No conjunto, esses aspectos são considerados devastadores, e vão além daqueles contabilizados e anunciados oficialmente por esse tipo de empreendimento na Amazônia.

Partimos da memória dos expropriados de Jacundá para refletir que o deslocamento promoveu a negação do ser, de sua história e de seu território. Assim, através de suas memórias, revelamos a trajetória de vida desses sujeitos. Um contexto e um tempo que se modificaram, mas deixaram marcas que perduram por várias gerações nas lembranças e na concretude da vida cotidiana.

É também pela memória que podemos compreender o que está fortemente vivo e presente naqueles que foram deslocados. Para os

entrevistados, manter viva essa lembrança é uma forma de resistência, de reelaborar suas histórias, o sentido das lutas, refazer constantemente os significados do passado. Os expropriados afirmam que ao rememorem todo o contexto do deslocamento, dão sentido às suas vidas, às suas batalhas, permanecem em resistência. Portanto, a memória é essencial para o resgate de entendimentos práticos e simbólicos da vida desses grupos, pois através dela é possível compreender as lutas sociais, uma vez que exprimem um sentido coletivo (HALBWACHS, 2017, p. 73).

A população expropriada assume uma longa disputa e afirma resistências de forma individual e coletiva, para que seus direitos sejam reconhecidos. Assim, lutam na justiça por seus direitos até hoje.

A partir das narrativas destacadas, revelamos o quadro de destruição da natureza, destruição do homem pelo homem, de exclusão social e subjugação, e narramos, ainda, a história de homens e mulheres que resistem, se superam, lutam até os dias atuais contra as perversidades do “Estranho”.

Referências bibliográficas

ACSERALD, Henri; SILVA, Maria das Graças. Rearticulações sociais da terra e do trabalho em áreas de grandes projetos hidrelétricos na Amazônia: o caso de Tucuruí. In: **As tensões do lugar: hidrelétricas, sujeitos e licenciamento ambiental**. ZHOURI, Andréa (Org.). Belo Horizonte: UFMG, 2011, p. 61-92.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Getat a segurança e o revigoramento do poder regional. **Associação Brasileira de Reforma Agrária**, Campinas, v.11, n.2, mar. abr., p. 4-41, 1981. v. 39.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Refugiados do desenvolvimento: os deslocamentos compulsórios de índios e camponeses e a ideologia da modernização. **Travessia**, v. 20, n. 25, p. 30-35, 1996. Disponível em: <http://www.scielo.org/scielo.php?script=sci_nlinks&pid=S1413-8123201400100402300010&lng=en>. Acesso em: 14 jan. 2018.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2017.

HÉBETTE, Jean. **Cruzando a fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia**. v.3. Belém: EDUFPA, 2004.

MAGALHÃES, Sônia Maria. **Lamento e dor: uma análise socioantropológica do deslocamento compulsório provocado pela construção de barragens**. 2007. 278f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Belém (PA), 2007.

MAGALHÃES, Sônia B. O desencantamento da beira: reflexões sobre a transferência compulsória provocada pela Usina Hidrelétrica de Tucuruí. In: MAGALHÃES, S.B.; BRITO, Rosyan de C.; CASTRO, Edna R. (Orgs.) **Energia na Amazônia**. MPEG/UFPA/Unamaz, 1996.

MARTINS, José de Souza. **A sociabilidade do homem simples**. São Paulo: Contexto, 2017.

MARTINS, José de Souza. **A chegada do estranho**. São Paulo: Hucitec, 1993.

MARTINS, José de Souza. **Expropriação e violência**, a questão política no campo. São Paulo: Hucitec, 1982.

PINTO, Lúcio Flávio. **Tucuruí, a barragem da ditadura**. Belém: Edição do Autor, 2010.

SANTOS, Edileuza dos. **Vila Arraias: Espaço de sobrevivência, morte e núcleo de organização na luta pela terra na PA – 150 (1970-1985)**. 2007. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em História Social da Amazônia, Belém (PA), 2007.

SILVEIRA, Claudionor Gomes da. **Uma cidade submersa: memória e história de Jacundá (1915-1983)**. Belém: Paka-Tatu, 2001.

VAINER, Carlos Bernardo. Os refugiados do desenvolvimento também têm direitos humanos?. In: **A experiência migrante: entre deslocamentos e reconstruções**. Org. Ademir Pacelli Ferreira...[et al.]. – Rio de Janeiro: Garamond, 2010. p. 475-490.

VAINER, Carlos Bernardo. **Grandes projetos hidrelétricos e desenvolvimento regional**. Rio de Janeiro: Cedi, 1992.

VIANA, Raquel de Mattos. **Grandes barragens, impactos e reparações: um estudo de caso sobre a barragem de Itá**. 2003. 191 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional). Rio de Janeiro: UFRJ, 2003. Disponível em: <<http://www.ippur.ufrj.br/download/pub/RaquelDeMattosViana.pdf>>. Acesso em: 29 maio 2018.

ZHOURI, Andréa. (Org.) **Desenvolvimento, reconhecimento de direitos e conflitos territoriais**. Brasília: ABA, 2012.

Erika Joselma da Silva Curvina

Mestre em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia pela Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA/PDTSA). Especialista em Planejamento e Gestão do Desenvolvimento Regional pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Graduada em Ciências Econômicas na Universidade Federal do Piauí (UFPI). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Mudança Social no Sudeste Paraense (GPEMSSP), registrado do CNPq.

E-mail: erikajoselma@hotmail.com

ID Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4445204492567103>

Edma do Socorro Silva Moreira

Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Pará e Université Paris 13. Professora Associada da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa), onde leciona nos cursos de Graduação em Ciências Sociais e na Pós-graduação em Dinâmicas Territoriais e Sociedades na Amazônia (PDTSA). Pesquisa na área da Sociologia Rural, com estudos estão voltados à compreensão do mundo rural, questões ambientais, dinâmicas sócio-territoriais, movimentos sociais e reprodução social do campesinato. Participa do grupo de pesquisa Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Mudança Social no Sudeste Paraense (GPEMSSP).

E-mail: edma@unifesspa.edu.br

ID Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0954675948923654>